

Universidade Estadual de Campinas
Faculdade de Educação

Thaís Lossavaro Rahmé Silva



1290002815



FE
TCC/UNICAMP Si38e

**EJA - FORMAÇÃO OU CONTINUAÇÃO DO
PROCESSO DE EXCLUSÃO?**

Campinas
2005

UNICAMP - FE - BIBLIOTECA

UNIDADE.	F.E.
Nº CHAM.	700101168mp
Símbolo	538e
TOM.	2815
FORM.	123/2006
C.	X
PREC.	
DATA:	24 03 06
Nº CPD:	389181

**Ficha catalográfica elaborada pela biblioteca
da Faculdade de Educação/UNICAMP**

Si38e Silva, Thaisa Lossavaro Rahmé.
EJA – Educação de Jovens e Adultos : formação ou continuação do processo de exclusão? / Thaisa Lossavaro Rahmé Silva. -- Campinas, SP : [s.n.], 2005.

Orientadores : Sônia Giubilei.

Trabalho de conclusão de curso (graduação) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação.

1. Freire, Paulo, 1921-1997. 2. Educação de jovens e adultos. 3. Educandos. 4. Ensino - Legislação. I. Giubilei, Sônia. II. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação. III. Título.

05-257-BFE

Universidade Estadual de Campinas
Faculdade de Educação

Thaís Lossavaro Rahmé Silva

EJA - FORMAÇÃO OU CONTINUAÇÃO DO *PROCESSO DE EXCLUSÃO?*

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como exigência para
conclusão do Curso de Pedagogia da
Faculdade de Educação - Unicamp, sob
orientação da Prof.^a Dra. Sonia
Giubilei.

Campinas
2005

*Dedico esse trabalho aos meus pais,
Maurício e Lenize, que sempre me
incentivaram a seguir meus objetivos
sem desanimar.*

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço a Deus que me concedeu a oportunidade de prosseguir em meus estudos, me abençoando com uma família que sempre proporcionou a mim e a minha irmã o melhor que podiam.

Agradeço ao Lucas, meu marido, que sempre esteve ao meu lado, mesmo em meus momentos de maior dificuldade e desânimo, me fortalecendo e trazendo uma palavra de otimismo e esperança.

À minha família que sempre acreditou em meu potencial, fortalecendo a minha auto-estima e principalmente aos meus pais, pelo carinho e cuidado que sempre tiveram comigo.

Às minhas amigas de curso, que estiveram comigo nesses quatro anos, sendo verdadeiras companheiras.

À minha professora e orientadora Sonia Giubilei , por ter me ensinado a trabalhar com adultos, que hoje é a minha paixão, e por ter me apresentado Paulo Freire, o grande educador que está imortalizado por suas bibliografias, a herança que deixou para todos nós educadores.

*“Ninguém educa ninguém, ninguém
educa a si mesmo, os homens se educam entre
si, mediatizados pelo mundo”*
(FREIRE, 1987,p. 68).

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO I – A Trajetória da pesquisa	4
1- Objetivos	4
2- Procedimentos Metodológicos	4
3-Campos da Pesquisa	5
4- Delimitação da Pesquisa	6
CAPÍTULO II – A Educação de Adultos no Brasil	8
1- A Educação de Jovens e Adultos (EJA) – Aspectos históricos	8
2- A Educação de Jovens e Adultos (EJA) – Aspectos Legais	11
CAPÍTULO III – Quadro Teórico	16
1- Lei 5692/71 – Ensino Supletivo	16
2 - As Telessalas	18
3- Cursos Supletivos Presenciais	21
4- Fundamentos Freirianos	22
CAPÍTULO IV – O Educando da Educação de Adultos	27
1- A Educação de Jovens e Adultos	27
2- Quem é o Educando Adulto	28
3- Características Físicas	30
4- Características Psicológicas	31
5 – Características Sociais	32
CAPÍTULO V – Análise dos Dados	34
1- As Telessalas na ótica dos educadores e educandos	34
1.1- A Visão das Professoras de Telessalas	34
1.2- A Visão dos alunos de Telessalas	36
2- Curso Supletivo Presencial na ótica dos educadores e educandos	37
2.1- A Visão da Professora do Curso Supletivo Presencial	37

2.2- A Visão dos Alunos do Curso Supletivo Presencial	39
---	----

CAPÍTULO VI – Um Olhar Freiriano para as Telessalas e para o Curso Presencial	41
--	-----------

CONSIDERAÇÕES FINAIS	45
-----------------------------	-----------

BIBLIOGRAFIA	48
---------------------	-----------

ANEXOS	51
---------------	-----------

INTRODUÇÃO

A vida toda estudei em escola pública e, quando entrei na faculdade, o meu desejo era o de mudar o sistema que é injusto com os que mais precisam. Contudo, hoje vejo que mudar o sistema é bastante complicado, para não dizer impossível. Diante disso, resolvi estudar a influência desse sistema na vida dos que passaram por ele e como ele ampara esses que foram prejudicados.

Assim, esse trabalho visa estudar como é vista e efetuada a educação de adultos, destinada àqueles que foram excluídos. Para falar em educação de adultos, focarei o ensino supletivo presencial e as telessalas.

Como excluídos, falo daqueles que não puderam concluir ou mesmo freqüentar os estudos no tempo regular, uma vez que, como camada mais carente da população, vários problemas como trabalho infantil, dificuldade de acesso a escola, entre outros, lhes foram impedindo de estarem na escola.

Além de problemas sócio-econômicos, sabemos que a própria instituição escolar se encarrega de excluir aqueles a quem julga como menos qualificados, ou seja, as camadas populares da sociedade (FREITAS, 2003).

Isso acontece porque a função social da escola, nas sociedades capitalistas, é adaptar e ajustar os alunos à sociedade de acordo com suas aptidões. Assim, se o aluno fracassa no processo, é por incapacidade, por inaptidão, não sendo questionado o papel da escola e os mecanismos de exclusão e retenção. Não é levado em consideração o fato de a escola trabalhar com currículos universalizantes e conteúdos pré-determinados, o que faz com que os alunos das camadas populares se defrontem com padrões

culturais que não fazem parte da sua realidade. Como resultado dessa lógica da escola, grande parte dos alunos que se encontra à margem do processo social hegemônico sofre um processo de exclusão social que os levam ao fracasso escolar.

Segundo Bourdieu (in FREITAS, 2003), essa exclusão também é sofrida quando esse aluno excluído da escola volta à sociedade, já que : “o rendimento escolar da ação escolar depende do capital cultural previamente investido pela família e (...)o rendimento econômico e social do certificado escolar depende do capital social – também herdado – que pode ser colocado a seu serviço”. Ou seja, como o excluído não teve acesso ao ensino regular, as suas chances de conseguir um emprego que mantenha a si e a sua família é reduzida. Diante dessa problemática, encontram na educação de jovens e adultos uma esperança de recuperar o que foi perdido.

Isso é confirmado nas Diretrizes Nacionais para EJA , documento elaborado em 1994 pela Comissão Nacional de Educação de Jovens e adultos que diz:

*“A EJA das camadas populares tem de, necessariamente, assumir como princípio ordenador, o mundo do trabalho. Nele há de se considerar duas vertentes: a do questionamento das relações que engendram a sociedade e a da instrumentalização para exercer a atividade laboral. Tanto quanto possível a educação básica de jovens e adultos deverá correlacionar essas duas vertentes ao mesmo tempo em que se **desenvolve o domínio de um conhecimento crítico para questionar a realidade e transforma-la** ” (GADOTTI e ROMÃO, 2003).*

Entretanto, vemos que a EJA não cumpre com essa função uma vez que, segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96, constam no Título V, Capítulo II, Seção V, dois Artigos relacionados, especificamente, à Educação de Jovens e Adultos:

Art. 37 - A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria.

§ 1º Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e trabalho, mediante cursos e exames.

§ 2º O Poder Público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si.

Art. 38 - Os sistemas de ensino manterão cursos e exames supletivos, que compreenderão a base nacional comum do currículo, habilitando ao prosseguimento de estudos em caráter regular.

§ 1º Os exames a que se refere este artigo realizar-se-ão:
I. no nível de conclusão do ensino fundamental, para os maiores de quinze anos;

II. no nível de conclusão do ensino médio, para os maiores de dezoito anos.

§ 2º Os conhecimentos e habilidades adquiridos pelos educandos por meios informais serão aferidos e reconhecidos mediante exames.

Assim, vemos que o caráter da EJA não é do da formação, mas sim o da certificação.

Com isso, o adulto que já foi excluído uma vez do ensino regular passa a ser excluído novamente, já que a metodologia empregada na educação de adultos é a mesma que não pôde acompanhar. É uma metodologia de memorização que desconsidera a sua realidade, sua cultura e também a sua vivência.

Capítulo I

A Trajetória da Pesquisa

1 - Objetivo

Esse trabalho tem como objetivo:

- investigar se a educação de adultos, através de tele salas e de curso supletivo presencial é mais uma forma de exclusão da sociedade, como foi para ele o ensino regular ou é uma maneira de formar cidadãos críticos, pensantes e transformadores de sua realidade social. Ou seja, se a Educação de Jovens e adultos oferece ao educando a formação proposta por Paulo Freire.

2 - Procedimentos Metodológicos.

Para responder a essa questão/objetivo, julguei pertinente saber como se dá o processo de educação de adultos. Para isso, a metodologia que usarei nesse trabalho será a pesquisa qualitativa em seu caráter etnográfico.

Escolhi essa metodologia por julgar a mais adequada ao trabalho, uma vez que a pesquisa etnográfica, segundo Ludke (1986), “consiste na explicação da realidade, isto é , na tentativa de encontrar os princípios subjacentes ao fenômeno estudado e de situar as várias descobertas num contexto mais amplo.”

Além disso, “essa interação contínua entre os dados reais e as suas possíveis explicações teóricas permite a estruturação de um quadro teórico dentro do qual o fenômeno pode ser interpretado e compreendido”. (LUDKE, 1986)

Dessa forma, pesquisei classes de ensino supletivo, presenciais e à distância, por meio de telessalas para buscar nos educandos a resposta a pergunta inicial.

Para isso julguei pertinente a abordagem dos educandos adultos através de entrevistas semi-estruturadas, uma vez que nem todos os entrevistados tem total domínio da leitura, escrita e interpretação.

As entrevistas foram realizadas com o fim de entender a importância da educação para os educandos adultos, além de verificar se ela tem cumprido, em suas vidas, o objetivo que esperavam antes de ingressarem em uma sala de EJA, e o objetivo que deveria cumprir, segundo uma perspectiva freiriana de educação.

3 – Campos da Pesquisa

Para que pudesse comprovar a minha hipótese inicial, julguei necessário consultar àqueles que trabalham diretamente com a modalidade de ensino de telessalas.

A entrevistas foram realizadas na Escola Estadual Paulo A Munhoz e na EMEF Francisco Cardona, ambas situadas na cidade de Artur Nogueira. A primeira Escola se colocou a disposição para que eu pudesse realizar a minha

pesquisa, sem colocar qualquer empecilho. Na segunda escola, porém, a diretora tentou, de certa forma, controlar a pesquisa, já que permitiu que eu falasse apenas com uma professora, escolhida por ela.

A primeira escola, por ser estadual, adotou o uso do Telecurso 2000, para a educação de jovens e adultos no período noturno. Durante o período diurno a escola funciona com alunos de 5ª a 8ª séries.

A segunda escola é municipal e adotou o ensino supletivo através de classes presenciais. Durante o período diurno, a escola funciona com atividades de 1ª à 4ª séries.

Ao todo, estão regularmente matriculados nas telessalas 82 alunos, entretanto, durante as visitas pude notar um número bem menor de alunos. Isso ocorre porque nas telessalas, não existe o controle da presença, dessa forma, somente freqüentam as aulas os alunos que, segundo as professoras, têm maior interesse em aprender.

No curso supletivo presencial, estão matriculados regularmente 320 alunos, mas apenas 250 freqüentam as aulas.

4 – Delimitação da Pesquisa

Para que o objetivo do trabalho seja alcançado, julguei necessário o levantamento de alguns pontos que tenho como de fundamental importância para que se tenha resposta a esse questionamento/objetivo.

Assim, explorarei nesse trabalho:

- a) a história da educação de jovens e adultos no Brasil;
- b) análise das políticas para a educação de jovens e adultos;

c) As telessalas e os cursos supletivos regulares

Por fim, para responder a questão inicial, fundamentarei o trabalho na teoria freiriana de educação e formação, pois acredito que sua concepção de educação abarca a formação plena do indivíduo, formando um cidadão que seja consciente de seus deveres perante a sociedade e que busque a consolidação de seus direitos enquanto ser humano, enquanto agente e leitor do mundo.

Capítulo II

A Educação de adultos no Brasil

1- A Educação de Jovens e Adultos no Brasil (EJA) – aspectos históricos.

A Educação de Adultos nasceu no Brasil juntamente com a educação elementar comum, uma vez que , durante a colonização se fazia necessária a educação dos indígenas, pelos jesuítas, para que a colônia pudesse exercer o processo de dominação e a sobreposição da cultura e religião católica/européia à indígena. Assim, através da catequização das crianças indígenas os jesuítas buscavam alcançar os adultos.

Dessa forma, o público de educação elementar, pouco se inova no campo da educação pública em relação ao Império na 1ª República no Brasil, até porque o nosso país, segundo Torres (1997) se caracterizava pela desnecessidade de escolarização, uma vez que o trabalho era escravo (com indígenas e africanos) e não havia indústrias.

A educação de adultos no Brasil sempre esteve vinculada a educação elementar. Porém, a educação básica de adultos começou a delimitar seu espaço na história a partir da década de 1930, quando realmente se consolida um sistema público de educação elementar no país. A oferta do ensino básico gratuito estendia-se acolhendo setores sociais cada vez mais diversos.

O primeiro passo para a educação de adultos se consolidar na década de 1930 foi a desvinculação da educação de adultos com o sistema elementar de

educação através do Convênio Estatístico de 1931, no qual se incluiu a categoria Ensino supletivo.

Com o final da Segunda Guerra Mundial e a criação da ONU, a educação de adultos passou a ganhar destaque, já que, com o fim da era Vargas, tornou-se urgente a necessidade de aumentar as bases eleitorais para a sustentação do governo central, integrar as massas populacionais de imigração, além de fortalecer o sistema de produção.

Assim, em 1945, o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos – INEP- formulou o primeiro apelo no sentido de ampliação das redes estaduais de ensino supletivo.

Em 1946, a Lei Orgânica do Ensino Primário define que o ensino supletivo seja destinado a adolescentes e adultos. A educação de adultos só define sua identidade em 1947, quando toma forma de uma campanha nacional de massa, a CEAA (campanha de educação de adolescentes e adultos), que tinha como propósito atender aos apelos da UNESCO.

Segundo Gadotti(2003), a história da educação de adultos propriamente dita, no Brasil, poderia ser dividida em três períodos:

1º - de 1946 a 1958, onde foram realizadas grandes campanhas nacionais de iniciativa oficial chamadas de “Cruzadas”, sobretudo para “erradicar o analfabetismo”, entendido como uma “chaga”, uma doença como a malária. Por isso se falava em “zonas negras de analfabetismo”.

2º - de 1958 a 1964. Em 1958 foi realizado o 2º Congresso Nacional de Educação de Adultos, que contou com a Participação de Paulo Freire. Partiu daí a idéia de um programa permanente de enfrentamento do problema da alfabetização que desembocou no Plano Nacional de Alfabetização de

Adultos, dirigido por Paulo Freire e extinto pelo golpe de estado de 1964, depois de um ano de funcionamento.

As idéias de Paulo Freire partiam de uma visão cristã de mundo. Em primeiro lugar, deveria ajudar as pessoas a perceberem o seu papel como sujeito na sociedade e não como objeto. Só depois dessa compreensão de cultura, que se dava através de debates, é que se dava a alfabetização. Ao invés de cartilhas, eram usadas palavras geradoras que eram o ponto de partida das discussões, decompondo-as em famílias silábicas e dessa forma evoluindo no processo de alfabetização.

A educação de adultos era entendida a partir de uma visão das causas do analfabetismo, como educação de base, articulada com as "Reformas de Base", defendidas pelo governo popular/populista, de João Goulart. Os CPCs (Centros Populares de Cultura), extintos logo após o golpe militar de 1964, e o MEB (Movimento de educação de Base), apoiado pela Igreja e cuja duração foi até 1969, foram profundamente influenciado por essas idéias.

3º - O governo militar insistia em campanhas como a "cruzada do ABC" (Ação Básica Cristã) e posteriormente como o MOBRAL.

O MOBRAL foi concebido como um sistema que visava basicamente ao controle da população (sobretudo a rural). Em seguida, com a "redemocratização" (1985), a "nova república", sem consultar os seus trezentos mil educadores, extingue o MOBRAL e cria a fundação Educar, com objetivos mais democráticos, mas sem os recursos que o MOBRAL dispunha. A EJA foi enterrada pela "Nova República" e o auto-denominado "Brasil Novo" (1990) do novo presidente eleito depois de 1961 criou o PNAC (Plano Nacional de Alfabetização e Cidadania), apresentado com grande pompa

publicitária em 1990 e extinto no ano seguinte sem qualquer explicação para a sociedade civil que o havia apoiado.

Em 1989, com a finalidade de preparar o ano Internacional da Alfabetização(1990), foi criada no Brasil a Comissão Nacional de Alfabetização, de início coordenada por Paulo Freire e de pois por José Eustáquio Romão.

No Governo de Itamar Franco foi elaborado o “Caderno de Educação Básica”, que tinha por título: Diretrizes para uma Política Nacional de Educação de Jovens e Adultos.

Esse caderno destacava a formação do educador que atua na educação de adultos, material didático específico, porém suas diretrizes questionavam a lógica da exclusão.

2- A Educação de Jovens e Adultos - Aspectos legais.

A educação, de um modo global, geralmente é vista pelos órgãos do governo, nacionais e internacionais, como um problema econômico, que avalia a posição mundial do país e o situa perante os demais, ou até mesmo como um fator de desenvolvimento que obedece à regras ditadas pelo Banco Mundial. Esse olhar do governo também acontece na Educação de adultos, uma vez que para o país ser respeitado e reconhecido perante os demais, a universalização da educação é imprescindível.

Segundo o Plano Nacional de Educação, aprovado pela Lei 10.172/2001, a educação deve ser considerada uma prioridade estratégica para um projeto nacional de desenvolvimento que favoreça a superação das desigualdades na

distribuição de renda e a erradicação da pobreza. Diante desse contexto é que as propostas para a educação de adultos em nosso país foram criadas.

Como já foi elucidado anteriormente nesse trabalho, a educação de pessoas jovens e adultas veio sendo reconhecida como um direito desde a década de 30 e ganhou grande relevância com as campanhas de alfabetização das décadas de 40 e 50, com os movimentos da cultura popular dos anos 60, com o Mobral e o ensino supletivo dos governos militares e a Fundação Educar da nova república.

A Lei de Reforma de nº 5692/71 implantou o Ensino Supletivo, capitaneado pelo pensamento freiriano, ampliando o direito à escolarização daqueles que não puderam freqüentar a escola durante a infância e adolescência. Mais tarde, a Constituição de 1988 ampliou o dever do Estado para com todos aqueles que não têm a escolaridade básica, equiparando a educação de jovens e adultos à educação infantil, destinando 50% dos recursos para combate ao analfabetismo estabelecendo para isso um prazo de dez anos.

Porém, no Congresso Brasileiro organizado pelo GETA – grupo de estudos e trabalhos em alfabetização-, em 1990, Darcy Ribeiro, quando disse: “Deixem os velhinhos morrerem em paz! Deixem os velhinhos morrerem em paz!”, inaugurou uma etapa de desqualificação da EJA no âmbito de políticas públicas, revertendo todo esse movimento citado anteriormente.

Ao tomar posse, Collor fechou a Fundação Educar, encaixotando sua biblioteca e colocando seu pessoal técnico à disposição em outros setores. Criou o PNAC, Programa Nacional de alfabetização e cidadania, que não chegou a ser colocado em prática. Assim, o discurso da inclusão que vinha

sendo crescente até aquele momento, passou a ser substituído pelo discurso da exclusão, do estabelecimento de prioridades com restrição de direitos.

Haddad afirma que essa ruptura legal iniciou-se com o Projeto de Lei nº 92/96, no governo FHC, no qual foi mantida a gratuidade da educação pública de jovens e adultos, porém foi suprimida a obrigatoriedade do oferecimento da mesma pelo poder público. Além disso, suprimiu o compromisso de eliminação do analfabetismo no prazo de dez anos e o de vinculação de 50% dos recursos para esse fim.

É no sentido de transformar a EJA em uma educação de segunda classe que veio a nova LDB. Não que ela não trate dessa temática, mas a trata de maneira parcial e sob a ótica da reforma do Estado, que prioriza a Educação fundamental das crianças. A nova LDB não dedicou um artigo sequer à questão do analfabetismo.

Segundo Haddad, a nova LDB empobreceu o ensino Supletivo, na medida em que coloca ênfase nos exames, reduzindo a idade mínima para o mesmo, diminuindo, assim, as responsabilidades do sistema público frente aos processos de formação de jovens e adultos, garantindo apenas os mecanismos de creditação e certificação.

Com a ênfase nos exames, e não no processo, um elevado contingente de jovens com defasagem de idade e série estariam potencialmente incluídos no mercado dos cursinhos preparatórios aos exames de massa. Também o número de consumidores do telecurso se ampliaria, favorecendo os interesses privatistas.

Como vemos, diante de tudo que nos foi colocado por Sérgio Haddad, a educação de jovens e adultos vem sofrendo com o grande desinteresse por

parte do Estado, o que fez com que ela se desqualificasse e, como já foi dito, se tornasse uma educação de segunda classe.

Entretanto, a educação é muito mais do que fatores meramente econômicos. Antes de tudo, deve ser reconhecida como um valor em si mesmo, para que possa ser estabelecido o exercício pleno da cidadania, ou seja, o reconhecimento pelo povo de seus deveres e direitos, para que se concretize uma democracia de fato, onde todos lutem pelos seus direitos e sejam reconhecidos como iguais perante a sociedade, para o desenvolvimento humano e para a melhoria da qualidade de vida da população como um todo.

A Lei de Reforma nº 5.692/71 atribui um capítulo para o ensino supletivo e recomenda aos Estados atender jovens e adultos:

O que podemos observar nessa Lei de Reforma é que o objetivo do ensino supletivo é a certificação, que dará condições para o adulto atender a demanda do mercado de trabalho, além de abaixar os níveis de analfabetismo no país, o que é importante para que sejam concedidos empréstimos para o país, além de ser uma exigência do Banco Mundial.

Na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96, constam no Título V, Capítulo II, Seção V, dois Artigos relacionados, especificamente, à Educação de Jovens e Adultos.

No parágrafo 1º do artigo 37 da nova LDB, vemos que é garantido por lei que os cursos respeitarão as características do alunado. Além disso, no parágrafo 2º do artigo 38 garante que os conhecimentos que os educandos jovens e adultos adquiriram ao longo de suas vidas serão abordados pelos exames e considerados para a sua formação.

Mas, será que isso realmente acontece? Será que eles levam em conta, em todas as modalidades de EJA, a formação anterior do educando, partindo de seu foco de interesse para que a aprendizagem se dê de forma mais efetiva? Se o parágrafo 2º do art. 38 for verdadeiramente praticado, como os exames darão conta do conhecimento anterior do educando, se a prova é única, ou seja, é elaborada para todos os educandos de todo o país e da mesma forma?

Pode-se perceber que, embora aparentemente a LDB de 1997 preocupa-se com a formação do adulto excluído, não é isso o que realmente acontece. Ao diminuir a idade para o ingresso nos cursos e para a prestação de exames, essa lei só tem a finalidade de aumentar os índices de escolarização do país, para que seja bem visto por órgão externos de financiamento.

Capítulo III

Quadro Teórico

1- Lei 5692/71 – Ensino Supletivo

O marco da educação de adultos se deu a partir da Lei de Reforma 5692/71, que dedicou um capítulo inteiro ao Ensino Supletivo. Pela primeira vez, o pensamento oficial manifestava-se com maior abrangência e relação a Educação de Jovens e adultos. Essa lei abriu caminho tanto para o ensino supletivo presencial como à distância.

Essa Lei trouxe uma conotação mais ampla ao supletivo, uma vez que tinha por finalidade suprir a escolarização regular de adolescentes e adultos que não a fizeram no tempo oportuno, além de proporcionar estudos de aperfeiçoamento e atualização para os que tenham seguido o ensino regular todo ou em parte.

A Lei 5692/71 estabelecia dois tipos de ensino: o Regular e o Supletivo. Uma vez caracterizado em forma de lei o Ensino Regular, tudo o mais, em termos de ação educativa, estaria dentro da abrangência com que se propunha o Ensino Supletivo, definindo-o como plurifuncional. Trazia nessa concepção uma mediação com as classes populares, já que como os movimentos educativos foram interrompidos, para os jovens e adultos, fazia-se necessária uma ação substitutiva.

O Art. 25 descrevia o âmbito do ensino supletivo que partia desde a iniciação do ato de ler, escrever e contar até a formação profissional. Dessa forma, ficava definido que, assim como no ensino regular, no Ensino Supletivo também haveria a manifestação de dois graus específicos, de forma que o

aluno, ao terminar o supletivo poderia dar continuidade aos estudos de forma regular.

Esse artigo também determina que os cursos supletivos terão estrutura e duração que se ajustem as suas finalidades próprias e ao tipo de aluno a que se destina. Além disso, esse artigo abre a possibilidade das aulas serem ministradas em classe mediante a utilização de rádio, televisão e outros meios que permitam o alcance de maior número de alunos.

O Supletivo apresenta quatro funções básicas. São elas:

- Suplência: deve suprir a educação básica de adolescentes e adultos que não a fizeram na idade própria.
- Suprimento: organiza-se apenas em forma de curso, com o significado de proporcionar mediante repetida volta à escola, estudos de aperfeiçoamento ou atualização. É uma espécie de formação continuada.
- Aprendizagem: dividida em dois tipos de cursos:
 - Aprendizagem I, curso de duração variável e sem direito ao prosseguimento de estudos, com currículo formado somente por componentes profissionalizantes.
 - Aprendizagem II, curso com equivalência as quatro últimas séries do 1º grau do ensino regular, com direito ao prosseguimento dos estudos. Assim, o educando, após concluir um nível de ensino está habilitado para prosseguir o próximo em forma regular ou não.
- Qualificação Profissional: é a preparação para o trabalho, sem a preocupação com a educação geral, podendo ser realizada via exame.

Objetivava a rápida inserção no mercado de trabalho. Com isso, pode-se observar, que no curso de qualificação profissional, não existe uma preocupação com a formação da cidadania, do eu crítico e do agente transformador, existe apenas uma formação de mão de obra qualificada.

2 – As Telessalas:

A telessala é uma possibilidade educativa cujo fundamento é a educação a distância. Foi a partir da Lei 9394/96, que o ensino a distância passa a ser incorporado.

A educação a distância é uma diretriz do Banco Mundial, como alternativa para acelerar a escolaridade dos países que ainda não universalizaram a escolarização básica.

No Brasil, a telessala está fundamentada na Deliberação do Conselho Estadual da Educação 5/95 que dispõe sobre a autorização de funcionamento e a supervisão de ensino a distância com base em um convênio firmado em 03/07/1995 com a Fundação Roberto Marinho, na forma do Telecurso 2000.

O TC2000 é desenvolvido com recurso do Fundo de Amparo ao Trabalhador- FAT e é uma parceria entre o Ministério do Trabalho e Emprego, através da Secretaria de Formação e Desenvolvimento Profissional – SEFOR; a Confederação Nacional da Indústria – CNI, através do Serviço Social da Indústria- SESI; a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo – FIESP; o Canal Futura e a Fundação Roberto Marinho.

O Telecurso 2000, neste convênio, é organizado de forma a apresentar um ensino contextualizado, adotando a interpretação de um currículo relevante para o mundo do trabalho.

O TC2000, é dirigido, em primeiro lugar aos trabalhadores em geral, que necessitam de aperfeiçoamento profissional e, em seguida, aos alunos de rede pública ou particular, profissionalizantes ou não que busquem o aprimoramento de seus conhecimentos.

A avaliação dos alunos é feita semestralmente e realiza-se em todos os estados brasileiros, através da Secretaria de Estado da Educação e da Cultura, com direito a emissão de certificados parciais ou de conclusão de grau, de acordo com o desempenho do aluno.

A relação que se estabelece em uma telessala é construída por alunos e professores intermediados pelo material didático (no caso do TC 2000, esse material é único para todo território nacional, desprezando a relevância do saber anterior do aluno no processo de aprendizagem).

Porém, apesar dessa relação entre professores e alunos, o ensino é marcadamente individualizado, uma vez que segue os pressupostos dos módulos instrucionais da linha tecnicista, ou seja, o aluno é estimulado a assistir programas aos programas transmitidos pela TV/vídeo e, posteriormente, faz os exercícios em seu livro. Caso tenha dúvidas, recorre ao orientador de aprendizagem, que na maior parte das vezes não apresenta formação adequada para promover essa orientação.

Os requisitos indispensáveis ao orientador de aprendizagem, segundo o site do TC2000, são:

- ter nível de escolaridade compatível com o trabalho a ser desenvolvido.
De preferência ensino médio completo para o ensino fundamental e superior completo ou não para o ensino médio.
- Saber ouvir e não se colocar como o dono do saber;
- Aceitar desafios e formas alternativas de educação;
- Ter responsabilidade, iniciativa e criatividade;
- Gostar de estudar e Pesquisar;
- Ser pontual, assíduo, organizado e ativo;
- Ser comunicativo e usar linguagem simples e correta;
- Gostar de trabalhar com adolescentes e adultos;
- Ter interesse no trabalho e perseverança na busca dos resultados do estudo;
- Ter disponibilidade para participar de treinamentos, reciclagem e reuniões.

Como pode ser visto e compreendido, a proposta pedagógica da telessala, através do Telecurso 2000, foge do que, baseado na concepção freiriana de educação, se espera da educação de adultos. Ao enfocar o conhecimento como algo pronto e acabado que deve ser absorvido pelo aluno, se destrói a possibilidade de recriar o conhecimento através do diálogo que deve ser carregado da experiência de vida de cada educando.

3 – Os Cursos Supletivos Presenciais

Hoje existe a possibilidade de se obter o certificado de conclusão de nível tanto através de classes de ensino presenciais como em telessalas, ou mesmo via rádio, televisão, apostilas, já que semestralmente o Estado oferece exames supletivos para a eliminação de matérias.

A proposta do curso supletivo presencial é que o aluno conclua um ano letivo em seis meses, quando no final fará uma prova, na própria instituição de ensino para obter o certificado.

As aulas são diárias e têm duração de quatro horas, com frequência controlada, diferente do que acontece nas telessalas, onde a frequência é livre. Dessa forma, para que o educando seja aprovado e conclua os níveis de ensino é necessário que frequente as aulas e que, além das provas semestrais, obtenha uma avaliação satisfatória em seu aprendizado diário.

Nos cursos presenciais, os professores são formados na disciplina que ministram as aulas, ou seja, possuem maior preparo para questionamento dos alunos que os orientadores de ensino das telessalas, o que é de fundamental importância, uma vez que se o educador não tem domínio daquilo que deve ser ensinado, não o fará de forma adequada. Isso não quer dizer que o educador deva ser o detentor exclusivo do saber.

Além disso, o espaço é aberto para o diálogo e para que educador e educando compartilhem melhor suas experiências, favorecendo assim um aprendizado mais completo.

Segundo Ludojoski, O educador de Adultos deve se Transformar em agente de condução educativa que, com sua atividade contribui para que, de

forma mais intensa, se resolvam os problemas do grupo de forma crítica e responsável e objetiva. Esses problemas podem ser tanto de ordem educativa como de ordem política, social ou pessoal.

Em uma sala presencial, o educando adulto, portador das mais variadas dificuldades, devidas a exclusão do espaço escolar , seja pela forma que for, se sente mais a vontade e tem um tempo maior para se adaptar, estabelecer relações de confiança com professores e colegas, o que favorece a o aumento da auto estima e a superação de obstáculos e até mesmo da timidez, propiciando melhores condições de aprendizagem.

4- Fundamentos Freirianos

A obra de Paulo Freire tem sido reconhecida mundialmente não apenas como uma resposta a problemas brasileiros do passado ou do presente, mas como uma contribuição original e destacada da América Latina ao pensamento pedagógico universal.

Para Gadotti(2003), a validade universal da teoria e da práxis de Paulo Freire está ligada a quatro intuições originais:

- Ênfase nas condições gnosiológicas da prática educativa, ou seja, educar é conhecer e ler o mundo para poder transforma-lo.
- Defesa da educação como ato dialógico e ao mesmo tempo rigoroso, intuitivo, imaginativo e afetivo.

- A noção de ciência aberta às necessidades populares ligada ao trabalho, ao emprego, à pobreza, à fome, à doença, etc. Enfim, a realidade do educando.
- O planejamento comunitário participativo, a gestão democrática, a pesquisa participante.

Ao longo de sua vida desenvolveu o que chamamos de Método Paulo Freire que se constitui em ler o mundo; compartilhar a leitura do mundo lido; ver a educação como ato de produção e de reconstrução do saber; ver a educação como prática da liberdade.

Embora não se possa falar em fases do pensamento freiriano, pode-se dizer que a influência do marxismo deu-se depois da influência humanista cristã. São momentos distintos mas não contraditórios. A relação entre educação e utopia está na base do pensamento freiriano: para construir o futuro é preciso primeiro sonhá-lo, imagina-lo; a pedagogia é um guia na construção do sonho; a pedagogia freiriana é dialógica e dialética.

Segundo Lima (2002), Freire possui uma concepção bastante radical de democracia, o que significa que ele acredita e luta por uma democracia verdadeira, em todos os sentidos, que dê aos oprimidos o direito de participação e condições mais justas de vida. No cerne deste pensamento está a compreensão da história como um processo em construção pelos homens, no qual estes a transformam e mudam seus rumos, negando sua inexorabilidade. O ser humano, como ser apto a apreender e aprender o mundo, consegue, através de sua ação sobre a natureza, no interior de um coletivo, fazer a si mesmo, sua história e a de seu grupo (FREIRE, 2000, 2003). Nestas relações, destaca-se o movimento dialético, posto que, o

homem transforma a natureza e é por ela transformado, o que acontece também no interior do grupo social em que se encontra. Nesta perspectiva, o ser humano não se cria sozinho, mas o faz no interior de um grupo, sendo por ele, em parte, condicionado, assim como pelas relações de dominação e de poder, o que não lhe tira a possibilidade da mudança. Freire inclusive defende que o ser humano esteja condicionado, mas para aprender.

A educação entra neste cenário como um fator essencial, posto que ela permite a transmissão dos saberes do grupo às gerações posteriores, sendo também necessária à transformação da sociedade. A educação por si só não altera a sociedade, mas, através da relação dialética com seu meio, ela possibilita conscientizar os indivíduos e mobilizá-los para lutar por condições mais justas e democráticas.

Freire recusa o *status quo* desta sociedade, calcada no sistema capitalista que oprime os indivíduos e, por este motivo, ele enxerga a possibilidade da educação de munir as pessoas de senso crítico, para que façam uma nova leitura do mundo, compreendendo suas contradições e buscando formas de superá-las. Entretanto, não é qualquer educação que conscientiza o indivíduo, o que a torna eminentemente política e jamais neutra.

Apenas a educação *progressista* busca a mudança da sociedade e conscientiza seus educandos para a realidade posta, mostrando-lhes que podem alterar sua história. A educação *conservadora*, por seu turno, procura mascarar a realidade e convencer seus educandos da inexorabilidade da história, conformando-os com o *status quo*.

Enquanto a educação conservadora valoriza apenas os conteúdos da cultura de elite e meramente transmite-os aos seus educandos, a educação

progressista *constrói* o conhecimento com o educando. Neste processo, a cultura do educando, seus saberes e suas práticas, são valorizados pelo educador, o qual também aprende com o educando, construindo, juntos, o conhecimento e uma visão mais crítica de mundo, assim como formas de pensá-lo criticamente.

O diálogo e a cooperação, da mesma forma que são essenciais à prática educativa, são necessárias na luta pela libertação dos oprimidos. Esta luta prescinde de uma organização, calcada na democracia, na co-construção, com uma liderança que possua autoridade, mas que não seja autoritária, na busca da liberdade destes indivíduos oprimidos, sem, no entanto, cair na licenciosidade.

Como foi visto anteriormente, a educação é importante nesta busca pela democracia, posto que ela conscientiza os indivíduos, fornecendo-lhes instrumentos para lutarem por sua liberdade. Se esta educação se dá *pela e para* a democracia (LIMA, 2002, p 32), ela proporciona aos indivíduos vivenciar e praticar formas desta democracia, através, fundamentalmente, de sua participação. O caráter dialógico educação *progressista* pressupõe a participação do educando, já que ele não recebe passivamente os conteúdos.

Considero o pensamento de Paulo Freire de fundamental importância para minha pesquisa, uma vez que, para mim, a educação de adultos deve se dar a partir do universo do educando, o que é exatamente a proposta freiriana. Outro aspecto é o da formação. Acredito que de nada vale apenas transmitir conhecimentos, dados, informações ao aluno se esses não vierem seguidos de uma posição política no mundo, enquanto “fazedores” do mundo e de sua realidade.

Por esse motivo, trouxe para minha problemática uma síntese do pensamento freiriano, já que, para mim, não dá para pensar em educação de adultos sem pensar em Paulo Freire.

Nesse levantamento bibliográfico, pretendo fundamentar minha pesquisa, além de permitir uma perspectiva panorâmica no modo pelo qual a educação de adultos vem se desenvolvendo em nosso país e apontar um rumo para ela.

Capítulo IV

O Educando da educação de adultos

1- A Educação de Jovens e Adultos.

Segundo Norbeck, um dos grandes problemas da educação de adultos é o fracasso de programas de educação. Para ele, existem três razões, que se verificam sistematicamente em muitos países, para que esse fracasso aconteça.

A primeira razão é que o adulto é tratado como criança. Isso ocorre porque a maior parte das pessoas associa a palavra educação com a instrução tradicional para crianças. Uma outra razão para que isso ocorra é o fato de que os professores de crianças e adolescentes são a maior parte dos agentes utilizados na educação de adultos.

A segunda razão apontada é que os adultos não sentem necessidade de educação. Não são motivados a ela ou ao tipo de educação que lhes é dada. Às vezes os adultos são mais vítimas do que participantes desses programas, que muitas vezes são executados sem que se considerasse a motivação do adulto.

A terceira razão é que não conhecemos o adulto. Não sabemos sua idade, profissão, origem cultural, experiência, condições sócio-econômicas e físicas, entre outros. O não conhecer o adulto está muito ligado a sua manutenção no programa. Ele vai afetar o modo como tentamos comunicar-

lhes as coisas. Vai afetar o material e o conteúdo das disciplinas que estão a ser estudadas.

Para que a educação de adultos realmente se efetive, é necessário ter o conhecimento de *quem é o adulto*. Para isso, é interessante considerarmos as responsabilidades sociais reais mais do que as potenciais. Esses fatores que vão influenciar definitivamente o programa educacional.

Além disso, como foi explicitado, o adulto tem características físicas, psicológicas e sociais que são relevantes para as formas e métodos aplicados na Educação de Jovens e adultos, que não podem ser desconsideradas.

2- Quem é o educando adulto.

Para que o processo de educação de adultos se efetue de maneira satisfatória, tanto para o educador quanto para o educando, é necessário que o educador de Jovens e Adultos conheça quem é o adulto, e quais são as suas características psicológicas e sociais. Delimitar esse conceito não é uma tarefa fácil.

Podemos classificar o adulto a partir de aspectos etimológicos, cronológicos, jurídicos, sociais e psicológicos.

Etimologicamente, o termo adulto procede do verbo latino *adolescere*, ou seja, crescer. Na nossa cultura, se entende por adulto a pessoa que já deixou de crescer e está situada entre a adolescência e a velhice.

Cronologicamente, o termo adulto abarca as idades de 20 a 60 anos, porém, pode variar de acordo com a cultura local, com o contexto social e individual de cada um.

Palladino(1989), segundo a faixa etária e os objetivos, classifica o adulto em três grupos:

1º Grupo - Grupo de jovens adultos, com idade entre 15 e 25 anos, que procuram a educação de adultos com o objetivo de certificação para melhoria da qualidade de vida.

2º Grupo – Grupo de adultos, com idade entre 25 e 45 anos, voltam a estudar para melhorar sua instrução e por realização pessoal.

3º Grupo – Grupo de adultos maduros, terceira idade, com idade a partir dos 45 anos. Voltam a estudar, na maioria das vezes, por vontade de aprender a ler e escrever, além do tempo livre.

Juridicamente, adulto é aquele com maioridade, ou seja, o sujeito vive e atua na sociedade segundo sua responsabilidade, respondendo por seus atos. Em nosso país, de acordo com o Novo Código Civil, vigente desde janeiro de 2003, é considerado maior aquele com idade igual ou superior a 18 anos.

Socialmente, é considerada adulta aquela pessoa que está integrada no meio social, ocupando uma posição e tendo consciência de seus direitos, liberdade e responsabilidades.

Psicologicamente, o termo adulto se aplica como sinônimo de um desenvolvimento pleno de personalidade, responsabilidade de posse de juízo seriedade e domínio próprio.

3- Características Físicas

Muitos adultos apresentam limitações físicas, o que dificulta a sua aprendizagem, entre elas estão as alterações de visão, de audição e de tempo de reação, visto que a medida que envelhecemos nossas reações se tornam mais lentas. Essas características não estão presentes em todos os adultos, variam de pessoa para pessoa.

Vemos freqüentemente alterações da capacidade de aprendizagem. Isso acontece, não porque o adulto não é mais capaz de aprender, mas porque, a medida que envelhecemos a nossa velocidade de reação diminui, o que afeta o nosso raciocínio e movimentos. Portanto, dando ao adulto um pouco mais de tempo, ele aprende e produz intelectualmente tão bem quanto o jovem.

Para solucionar problemas físicos, como o problema da alteração de audição, o professor deverá falar alto, devagar e claramente, gesticular com a boca enquanto fala e, se possível, aproximar dele os alunos que apresentam essa dificuldade.

No caso de alteração de visão, o professor deverá utilizar meios visuais grandes, que possam ser vistos à distância além de deixar a sala bem iluminada.

Quanto a alteração da capacidade de aprendizagem, o principal é que o professor utilize o máximo possível a memória de contexto. Deve sempre relacionar as coisas com a experiência do adulto.

4- Características psicológicas

Porém não são só as alterações físicas que interferem no processo de aprendizagem, as alterações de ordem psicológicas também são muito importantes.

Um fator de grande relevância para esses educandos é a alteração de perspectiva. A alteração de perspectiva faz o adulto ver o objetivo real dos seus estudos, se conseguir relacioná-lo com a sua vida. Caso o ensino não lhe proporcione essa relação, ele desistirá de prosseguir em seus estudos.

A alteração de perspectiva pode ser amenizada se o professor, durante o programa, relacionar o que ele está a estudar com sua perspectiva. Ele pode até resolver problemas abstratos melhor do que as crianças, porque ele pode ligar certas coisas a sua experiência concreta. Num grupo de adulto há sempre muita experiência e conhecimento que deve ser utilizado.

Temos ainda a alteração de papéis. O papel do adulto influencia diretamente certas coisas que afetam a sua participação na educação de adultos. Os papéis sociais que o adulto desempenha estão associados com certas idéias e atitudes que dificilmente se conseguirão mudar, o que pode ser um obstáculo no processo educativo.

Os seus diferentes papeis podem exigir de cada um coisas muito diferentes, isso mostra que as diferenças são maiores num grupo de adultos do que num grupo de crianças.

Para isso, o professor deve reconhecer o adulto como adulto e tratá-lo como tal. Deve mostrar que o considera como especialista no seu campo e que

o professor só é especialista em educação. Deve fazer com que o estudante se sinta suficientemente confiante para fazer perguntas. O professor deve fazer o estudante sentir que suas perguntas são desejadas e bem-vindas.

Assim, constata-se que o adulto apresenta diferenças físicas e psicológicas em relação aos jovens e crianças. Dessa forma, para que os programas de educação de adultos funcionem com maior eficácia, é necessário que essas diferenças sejam observadas e que os métodos de ensino sejam alterados em função delas.

5- Características Sociais

Essa etapa da vida se caracteriza por ser uma fase em que o indivíduo está mais ligado ao mundo urbano, envolvido em atividades de trabalho e lazer mais relacionadas com a sociedade letrada. O adulto está inserido no mundo do trabalho e das relações interpessoais de um modo diferente daquele da criança e do adolescente.

Traz consigo uma história mais longa de experiências, conhecimentos acumulados e reflexões sobre o mundo externo, sobre si mesmo e sobre as outras pessoas.

Com relação a situações de aprendizagem, essas particularidades da etapa de vida em que se encontra fazem com que ele traga consigo diferentes habilidades e dificuldades e uma maior capacidade de reflexão sobre o conhecimento e sobre seus próprios processos de aprendizagem.

O adulto possui um auto conceito social que interfere diretamente em seu processo de aprendizagem. Uma pessoa pode ter vários auto-conceitos sociais, em função dos papéis que desempenha na sociedade.

Esse fator é relevante ao se trabalhar com Educação de Jovens e adultos, uma vez que as pessoas valorizam suas opiniões ao confrontá-las e compará-las a outras. A valorização de si mesmo surge a partir da comparação entre indivíduos que se parecem, ou seja, que pertençam a um mesmo grupo.

Pode-se observar também que a inserção social é uma motivação para o adulto, que nas sociedades capitalistas buscam a transposição de classes sociais e profissionais.

Capítulo V

Análise dos dados

1- As telessalas na ótica de educadoras e educandos.

1.1- A visão das professoras de Telessalas

Elaborei um roteiro para a entrevista das professoras com oito perguntas que foram respondidas pelas três professoras responsáveis pelas tele-aulas. Nesse momento, apenas descreverei a entrevista, sem tecer comentários a respeito dos dados obtidos.

A entrevista foi realizada simultaneamente entre as três professoras, visto que se sentiram mais confortáveis desse modo.

A professora **A** é formada em história e dá aulas de história, geografia e biologia. Trabalha com EJA há dois anos, além de dar aulas de 7ª série no período da manhã, no estado.

A professora **B** é formada em matemática e dá aulas de matemática, física e Educação Artística. Trabalha com EJA há um ano, além de dar aulas de matemática em 5ª, 6ª, 7ª e 8ª séries, nos períodos da manhã e da tarde, no estado.

A professora **C** é formada em letras e dá aula de português, inglês e química. Se aposentou como professora de português pelo Estado e há um ano trabalha com EJA.

Com relação as perguntas específicas a respeito do ensino supletivo através de telessalas, as três professoras se posicionaram em acordo, assim, não houve discrepância entre as repostas, sendo possível chegar a um consentimento único.

Quando perguntei a elas o motivo que as havia levado a trabalhar com EJA, disseram que era a opção de trabalho que encontraram no momento para a complementação da renda. Dessa forma, nenhuma delas teve formação específica para trabalhar com pessoas jovens e adultas, a não ser um “curso” preparatório para orientadores de ensino de telessalas, oferecido pelo Estado. Esse curso teve um dia de duração e, segundo elas, não foi suficiente para o dia-a-dia de sala de aula. Muitas vezes precisam recorrer a informações dadas por telefone em momentos de dúvidas.

Todas foram unânimes em dizer que a telessala não está preocupada em suprir a educação dos jovens e adultos, mas sim apenas de capacitá-los para o mercado de trabalho. Disseram que precisam passar aos alunos três disciplinas, que abrangem todo o conteúdo do ensino médio em apenas 6 meses, com duas horas diárias de aula.

A maior dificuldade que encontram é a de terem que orientar e tirar dúvidas de uma disciplina na qual não foram formadas, além de não terem materiais suficiente para todos os alunos, já que o Estado mandou para a escola apenas 20 livros e o número total de alunos é 82.

Afirmam que o objetivo do Estado ao adotar esse método de ensino é apenas o da certificação e inserção rápida no mercado de trabalho.

1.2– A Visão Dos alunos de Telessalas.

A entrevista com os alunos de telessala seguiu um roteiro de perguntas feitas a alguns alunos presentes no dia da entrevista.

Como dito no início do capítulo, a assiduidade dos alunos dessa modalidade de ensino é baixa, uma vez que, segundo uma as professoras entrevistadas, a única coisa que conta para a aprovação são as provas.

Dos alunos consultados, todos interromperam os estudos no ensino médio, até porque a escola só destina a telessala para esse público.

Os principais fatores que levaram a essa interrupção foram:

- a busca por aumentar a renda familiar, através de empregos, na maior parte das vezes não registrados;
- a falta de motivação exercida na escola básica regular;
- Meninas que engravidaram em idade precoce;
- Idade avançada para o prosseguimento dos estudos em escolas regulares.

As profissões são as mais variadas:

- ajudante geral;
- doméstica/diarista;
- balconista;
- servente de pedreiro;
- autônomo.

A grande maioria trabalha o dia todo, o que dificulta, segundo eles, justifica a não assiduidade às aulas.

Quanto à importância da educação para a vida, foram unânimes em associar a educação a melhores condições de emprego e vida. Em nenhum momento citaram a importância da educação enquanto formadora da cidadania.

Por associarem fortemente a educação ao mercado de trabalho, voltaram a escola em busca de certificados que, segundo eles, auxilia na aquisição de um emprego com melhor remuneração.

Assim, quando perguntei se para eles as aulas se preocupavam com a formação ampla ou apenas com a inserção no mercado de trabalho, todos responderam afirmativamente para a segunda opção.

A maior dificuldade que encontram nas aulas é o fato de que muita informação é passada em pouco tempo, o que dificulta a assimilação, além de muitos não verem ligação com a sua vida cotidiana.

Perguntei a eles se em algum momento debatiam ou conversavam a respeito de algum assunto. Eles me disseram que não havia tempo para isso, que toda a aula era destinada aos conteúdos das provas.

2- Curso Supletivo Presencial na ótica de educadores e educandos.

2.1 – A visão da Professora do Curso Supletivo Presencial

A entrevista foi realizada apenas com uma professora (como explicado anteriormente no tópico Campos da Pesquisa- cap. I). O roteiro da entrevista é

o mesmo aplicado para as professoras de telessalas. Como nas entrevistas das telessalas, apenas descreverei as entrevistas já que as análises dos dados serão feitas no próximo tópico.

A professora entrevistada é formada em biologia e dá aulas de ciências para EJA, uma vez que ministra aulas de 6ª série. Além disso, trabalha no período da manhã e da tarde com 6ª e 8ª séries e Ensino Médio. Trabalha com EJA há um ano, sem que tivesse formação específica para isso.

Quando perguntei o que a levou a trabalhar com EJA disse que trabalhar com adultos é muito interessante e gratificante, já que são mais interessados e sentem a necessidade da educação para suas vidas, além de poder trocar experiências com os alunos e elaborar o plano de aula em função das características da classe.

Disse que as aulas presenciais funcionam melhor que as telessalas porque os alunos são mais conscientes da necessidade de aprender, diminuindo assim a indisciplina.

Para ela, o supletivo se preocupa com a formação da cidadania, uma vez que muitos adultos "aprendem a viver em sociedade e a colaborarem uns com os outros depois de começarem a estudar "(sic).

A professora diz que a maior dificuldade que encontra é a carência dos alunos. Ela usa o termo "ciumentos" para definir os alunos. Explica isso dizendo que se a um é dado um "Parabéns" no caderno e ao outro não, o que não recebeu fica emburrado. Assim, tem sempre que tomar cuidado para tratar todos da mesma forma.

A maior dificuldade que sente no processo de aprendizagem por parte dos alunos, é que às vezes se bloqueiam para determinadas disciplinas, como

matemática, por exemplo. Além disso, nem todos têm o mesmo ritmo para acompanhar as aulas e que isso independe da idade.

2.2 – A Visão dos alunos do Curso supletivo presencial.

Nas entrevistas com alunos do curso presencial, encontrei repostas diferentes em alguns aspectos, já que esse curso presencial se destina a suplência do ensino fundamental.

A maioria interrompeu os estudos na 4ª e 5ª séries. Por ser uma cidade interiorana e pequena, muitos deixaram de estudar por morarem na zona rural, longe da escola, além de precisarem trabalhar para ajudar em casa.

As profissões são:

- doméstica;
- caldeireiro (Petrobrás);
- supervisor de produção;
- ajudante geral
- costureira;
- aposentado;
- dona de casa.
- embaladora

Aqueles que trabalham, voltaram a estudar para conseguir uma profissão com melhor remuneração e por apresentarem idade superior aos da teleaula, buscam também um serviço mais leve. Outros voltaram a estudar por exigência da empresa onde trabalham.

Entre as donas de casa e os aposentados, os motivos da volta a escola foram: satisfação pessoal, busca por conhecimento e socialização.

A maioria trabalha o dia todo, é casada e tem filhos. As idade vão de 25 a 69 anos. Todos freqüentam as aulas assiduamente.

Dizem que existe uma relação de troca de experiências entre professores e alunos, considerando isso muito bom. Dizem também que as aulas estão contribuindo para a formação enquanto cidadãos, pois aprendem muito com os professores.

Acreditam que a educação é importante para conseguirem melhores condições de vida e emprego. Por isso, esperam, quando se formarem conseguir um emprego melhor.

Capítulo VI

Um Olhar Freiriano para a Telessala e para o Curso Presencial

Através das entrevistas com alunos e com a professora do curso supletivo presencial, pudemos notar um contra argumento em relação ao que se esperava no início do trabalho. Segundo eles, as aulas oferecem a formação do educando enquanto conscientização da cidadania.

Porém, ao analisar as entrevistas e observar o comportamento dos professores e alunos em sala de aula, percebo que a concepção que eles têm da conscientização de cidadania é diferente da concepção freiriana, na qual fundamento a minha pesquisa.

Ao pensarmos no termo cidadania, pensamos sempre em direitos e deveres ligados a nossa sociedade, principalmente aos relacionados com a política.

No sentido etimológico, a palavra cidadão deriva da noção de cidade, ou seja, cidadão é o habitante da cidade. Com o surgimento do capitalismo, surgiu o sentido político da cidadania, já que ser cidadão passou a ser participar ativamente na vida da polis.

Porém para que essa participação se desse de forma efetiva, o cidadão deveria ter uma posição social elevada, já que numa sociedade capitalista, as decisões estão centralizadas no interior das classes dominantes.

Assim, para ser cidadão , para participar ativamente na vida da cidade, é necessário o ingresso à cultura letrada.

Para Paulo Freire (1987) a conscientização implica a ultrapassagem da esfera espontânea de apreensão da realidade para chegarmos a uma esfera crítica na qual a realidade dá-se como objeto cognoscível e na qual o ser humano assume uma posição epistemológica.

Dessa forma, vemos que a interpretação apresentada pelos entrevistados sobre conscientização e cidadania é inadequada. Para eles, o fato de se apreender conteúdos pode ser denominado de formação.

A formação plena do indivíduo ocorre quando, de posse dos conhecimentos apreendidos ele consegue usá-los com o objetivo de transformar a sua realidade. Coloca em prática seus conhecimentos, deixa de ser passivo para ser atuante da sociedade. Infelizmente não é o que acontece!

Embora a professora diga aprender com os alunos e os alunos digam que a professora também aprende com eles, essa troca fica apenas no âmbito do diálogo, não sendo transposto nos conteúdos, que não estabelecem pontes com a vida do educando.

Quando Paulo Freire fala em uma pedagogia dialógica, não fala sobre conversas aleatórias, mas sim diz que :

"para o educador-educando, dialógico, problematizador, o conteúdo programático da educação não é uma doação ou uma imposição – um conjunto de informes a ser depositados nos educandos-, mas a devolução organizada, sistematizada e acrescentada ao povo daqueles elementos que este lhe entregou de forma desestruturada." (FREIRE, 1997, p. 83,84).

Quanto às telessalas, apesar da flexibilidade que ela oferece ao educando trabalhador e da certificação que é útil para aumentos salariais e melhores empregos, não acredito poder dizer que ela forme o educando.

Para Freire, a formação se dá na relação entre os pares e a sua relação com o mundo:

"Ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo." (FREIRE, 1987, p. 68).

Assim, não é possível pensar em educação sem diálogo, sem questionamento, sem que haja troca de experiências entre educadores/educandos.

O conteúdo deve ser ensinado sim, pois sem conhecimentos comuns é mais difícil para o indivíduo ser agente atuante e transformador da sociedade, porém não pode ser só isso. O conhecimento deve ser trocado dentro de um determinado contexto.

As necessidades e questionamentos, bem como os conhecimentos prévios dos educandos devem ser a base para a elaboração de um conteúdo, o que uma tele-aula impossibilita, uma vez que os conteúdos são pré-estabelecidos para educandos de todo o território nacional, sem que se leve em conta suas diversidades regionais e individuais.

O papel do educador é o de estabelecer uma ponte entre os conteúdos a serem ensinados e a vida cotidiana dos educandos. Os conteúdos não podem estar distantes da realidade do educando.

Freire afirma ainda que não pode haver conscientização sem o conhecimento do mundo:

“Quanto mais se problematizam os educandos, como seres no mundo e com o mundo, tanto mais se sentirão desafiados. Tão mais desafiados, quanto mais obrigados a responder o desafio. Desafiados, compreendem o desafio na própria ação de captá-lo. Mas, precisamente porque captam o problema em suas conexões com outros, num plano de totalidade e não como algo petrificado, a compreensão resultante tende a tornar-se crescentemente crítica, por isso, cada vez mais desalienada” (FREIRE, 1987, p. 70).

Assim, constata-se que não se pode dizer que uma educação é formadora e conscientizadora se ela não estabelece esse princípio. Quanto mais distante e “petrificado” for o conteúdo ensinado, mais alienados serão os educandos e menores são as chances de uma educação que gere a transformação.

Considerações Finais

Com a realização dessa pesquisa, em parte bibliográfica e em parte de campo, pude constatar a deficiência da educação destinada para jovens e adultos em nosso país.

Como sabemos, é direito de todo cidadão ter acesso a educação básica, seja ela em tempo regular ou em caráter de suplência. Entretanto, o que vemos hoje é que muitos são excluídos dessa realidade, por fatores externos e internos a instituição escolar. Sabemos que a própria instituição escolar se encarrega de excluir aqueles a quem julga como menos qualificados, ou seja, as camadas populares da sociedade (FREITAS, 2003).

Assim, quando pensei nesse trabalho, o meu objetivo era saber até que ponto a educação formava aquele que não frequentou o ensino regular em tempo adequado.

Como disse no início, quando falo de formação, me refiro à construção do conhecimento, à consciência de cidadania, de ser agente atuante e transformador da sociedade e conhecedor da realidade na qual está inserido.

Essa pesquisa mostrou que ambas as modalidades, tanto ensino presencial como o ensino à distância, apresentam seus lados positivos e negativos.

As telessalas atingem um número maior de alunos e permite que estudem por si além de não necessitar da presença para a aprovação, que é feita apenas com base nas notas de exames parciais e globais, que são realizadas na própria instituição de ensino. Isso facilita que trabalhadores tenham acesso

a certificados e, por esse motivo, consigam melhorias salariais. Por outro lado, como vimos na pesquisa, os professores não são formados para ensinar as disciplinas propostas, os módulos, o que dificulta a ação do professor no esclarecimento de dúvidas por parte dos alunos. Além disso, as telessalas esperam que o aluno se desenvolva individualmente, com base na sua capacidade de assimilação de conteúdos, já que por escassez de tempo, o diálogo e a troca de informações entre os educandos não acontecem.

As classes presenciais, por sua vez, apresentam melhores condições de formação, tendo em vista que existe a possibilidade do diálogo e da troca de conhecimentos entre os educandos e o professor. O professor tem condição de preparar um plano de aula que seja centrado nas necessidades de seus alunos, partindo de suas vivências.

Entretanto, apesar das classes presenciais apresentarem condições para uma verdadeira formação do indivíduo, vemos que falta preparo dos professores (já que não podemos generalizar todo o sistema educacional em função da resposta de uma única professora), que, em sua grande maioria, não possuem formação para trabalhar com educandos adultos e acabam por reproduzir o método de ensino tradicional, no qual a responsabilidade pelo aprendizado é exclusivamente do aluno, o que acaba legitimando mais uma vez o processo de exclusão, pelo qual já passaram uma vez.

Assim, ao final desse trabalho, sei que não posso generalizar a educação de jovens e adultos apenas por aquilo que eu presenciei e ouvi de alunos e professores. Tenho consciência de que os professores não são responsáveis por esse problema, já que buscam dar o melhor de si durante as suas aulas e os alunos reconhecem essa dedicação.

Sei também, que existem trabalhos carregados ideologicamente e preocupados com a formação ampla do indivíduo, como, aparentemente, é o caso da professora de curso presencial entrevistada. Como vimos, o maior problema está nas políticas públicas para educação, em todos os seus níveis.

Enquanto o pensamento do Estado for o de escolarizar a população com o objetivo do crescimento do país, a educação popular sempre vai ser relegada a segundo plano, já que a intenção do Estado é que a população continue passiva de seus governos e políticas.

Diante de tudo isso, vemos, como já foi dito anteriormente que o objetivo do ensino supletivo é a certificação, que dará condições para o adulto atender a demanda do mercado de trabalho, além de abaixar os níveis de analfabetismo no país, o que é importante para que sejam concedidos empréstimos para o país, além de ser uma exigência do Banco Mundial.

Bibliografia:

BRASIL. MEC. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação**. Disponível em:
<http://www.mec.gov.br>.

_____. **Lei de Diretrizes e Base da Educação nº 5692 de 11.08.71**, capítulo IV. Ensino Supletivo. Legislação do Ensino Supletivo, MEC, DFU, Departamento de Documentação e Divulgação, Brasília, 1974

FREIRE. Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1997

_____. **Pedagogia da Indignação - cartas pedagógicas e outros escritos**, São Paulo: Unesp, 2000.

_____. **Pedagogia do Oprimido**, 17ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. **Política e Educação**, São Paulo: Cortez, 2003.

FREITAS, Luis Carlos de. **Ciclos, seriação e avaliação: um confronto de lógicas**. São Paulo: Ed. Moderna, 2003.

GADOTTI, Moacir & ROMÃO, José E. **Educação de Jovens e Adultos: teoria, prática e proposta**. 6ª ed. – São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2003.

LIMA. L. C. **Organização escolar e Democracia radical: Paulo Freire e a Governação democrática da Escola pública**, São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2002 (Guia da Escola cidadã; v. 4).

LUDOJOSKI, Roque Luis. "La natureza de 'ser adulto' – un enfoque andragógico" in **Revista Luteramericana de Educación de adultos**, N. 2, 1978.

LUDKE, Menga & ANDRÉ, M. **Pesquisa em Educação: Abordagens Qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986. (Temas básicos de educação e ensino)

MALAVASI, Abigail. **As máscaras da Exclusão – As significações da Exclusão Escolar a Partir do Universo do Excluído**. Dissertação de Mestrado.

NORBECK, Johan. "O educando Adulto" in **Educação de Adultos**. GUSMÃO, M.J. e MARQUES, A J.G., Universidade do Minho, Braga, Portugal, 1978.

OLIVEIRA, Marta Kohl de. "Jovens e adultos como sujeitos de conhecimento e aprendizagem" in **Revista Brasileira de Educação**, Número 12. Set/Out/Nov/Dez, 1997.

PAIVA, Vanilda Pereira . **Educação Popular e Educação de Adultos: contribuição à história da educação brasileira**. Rio de Janeiro: Loyola, 1987.

PALLADINO, Enrique. **Educacion de Adultos**. Buenos Aires: Humanitas, 1989.

PELUSO, Teresa Cristina Loureiro,. **Diálogo e Conscientização: Alternativas pedagógicas nas políticas públicas de educação de jovens e adultos**. Campinas, São Paulo, Faculdade de Educação da Unicamp, Tese de Doutorado, 2003.

TORRES, Eliane Aparecida. **Uma Abordagem sobre o Ensino Supletivo**. Campinas, São Paulo, Faculdade de Educação da Unicamp, Dissertação de mestrado, 1997.

VILLANUEVA. Pilar. **La educación de adultos hoy. Necesidad y perspectiva de cambio**. Valencia: Promolibro, 1987.

www.telecurso2000.org.br

ANEXOS

ANEXO I

Roteiro para Entrevista com Professores

- 1) Há quantos anos trabalha com Educação de Jovens e Adultos?
- 2) O que te levou a trabalhar com EJA?
- 3) Qual a sua formação?
- 4) Teve Formação especial para atuar na educação de adultos?
- 5) Trabalha em outro período?
- 6) Na sua opinião, o Curso Supletivo Presencial ou Telessala, da forma como é estruturado, consegue suprir a formação do educando adulto? Por que?
- 7) Quais as maiores dificuldades encontradas por você nessa modalidade de ensino?
- 8) Quais as maiores dificuldades apresentadas pelos alunos?

ANEXO II

Roteiro para entrevista com os Alunos

- 1) Quantos anos tem?
- 2) É casado(a)?
- 3) Tem Filhos?
- 4) Qual a sua profissão?
- 5) Quantas horas trabalha por dia?
- 6) Em que série parou de estudar?
- 7) Que motivos te levam a interromper os estudos?
- 8) Que motivos te levaram a voltar aos estudos?
- 9) Qual a importância da educação para você?

- 10) Você acha que essas aulas estão dando condições para uma formação, enquanto cidadão, ou apenas se preocupam com o mercado de trabalho e a certificação?
- 11) Qual a sua expectativa em relação a emprego após o término do curso?
- 12) Quais as maiores dificuldades encontradas nas aulas?

Anexo III

Lei de Reforma 5692/71

Capítulo IV

Do ensino supletivo

Art.24 - O ensino supletivo terá por finalidade:

- a) Suprir a escolarização regular para os adolescentes e adultos que não tenham seguido ou concluído na idade própria;*
- b) Proporcionar, mediante repetida volta à escola, estudos de aperfeiçoamento ou atualização para os que tenham seguido o ensino regular no todo ou em parte.*

Parágrafo único - O ensino supletivo abrangerá cursos e exames a serem organizados nos vários sistemas de acordo com as normas baixadas pelos respectivos Conselhos de Educação.

Art.25- O ensino supletivo abrangerá, conforme as necessidades a atender, desde a iniciação no ensino de ler, escrever e contar e a formação

profissional definida em lei específica até o estudo intensivo de disciplinas do ensino regular e a atualização de conhecimentos.

§1º- Os cursos supletivos terão estrutura, duração e regime escolar que se ajustem às suas finalidades próprias e ao tipo especial de aluno a que se destinam.

§2º- Os cursos supletivos serão ministrados em classes ou mediante a utilização de rádio, televisão, correspondência e outros meios de comunicação que permitam alcançar o maior número de alunos.

Art.26- Os exames supletivos compreenderão a parte do currículo

resultante do núcleo-comum, fixado pelo Conselho Federal de Educação, habilitando ao prosseguimento de estudos em caráter regular, e poderão, quando realizados para o exclusivo efeito de habilitação profissional de 2º grau, abranger somente o mínimo estabelecido pelo mesmo Conselho.

§1º- Os exames a que se refere este artigo deverão realizar-se:

Ao nível de conclusão do ensino de 1º grau, para os maiores de 18 anos;

Ao nível de conclusão do ensino de 2º grau, para os maiores de 21 anos;

§2º- Os exames supletivos ficarão a cargo de estabelecimentos oficiais ou reconhecidos, indicados nos vários sistemas, anualmente, pelos respectivos Conselhos de Educação.

§3º- Os exames supletivos poderão ser unificados na jurisdição de todo um sistema de ensino, ou parte deste, de acordo com normas especiais baixadas pelo respectivo Conselho de Educação.

Art.27- Desenvolver-se-ão, ao nível de uma ou mais das quatro últimas séries do ensino de 1º grau, cursos de aprendizagem, ministrados a alunos de 14 a 18 anos, em complementação da escolarização regular, e, a esse nível ou de 2º grau, cursos intensivos de qualificação profissional.

Parágrafo único - Os cursos de aprendizagem e os de qualificação darão direito a prosseguimento de estudos quando incluírem disciplinas, áreas de estudos e atividades que os tornem equivalentes ao ensino regular, conforme estabeleçam as normas dos vários sistemas.

Art.28- Os certificados de aprovação em exames supletivos e os relativos à conclusão de cursos de aprendizagem e qualificação serão expedidos pelas instituições que os mantenham.